

PENALVA

TERRITÓRIO DE SANSAPÉ
TERRITÓRIO DE FORMOSO
TERRITÓRIO DE MONTE CRISTO



boletim informativo

JUNHO
2014

2

**NOVA CARTOGRAFIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA**

PROJETO

**Mapeamento
Social**



como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Desmatamento, conflitos sociais em

Na região conhecida como Baixada Maranhense, o trabalho de campo ocorreu inicialmente nos municípios de Penalva e Cajari e posteriormente em Viana. Trata-se de uma área de ocupação antiga, situada a oeste e sudeste da Ilha de São Luís, que se estende por mais de vinte mil quilômetros quadrados e abrange cerca de vinte municípios.

Essa região ecológica concentrou, no século XIX a produção de açúcar escoada pelos rios para o Engenho Central São Pedro, localizado em Pindaré Mirim. Após a desagregação dos chamados *engenhos* com produção voltada para exportação e sustentada no regime escravista, algumas unidades de produção de açúcar continuaram funcionando para abastecimento do mercado local. Entretanto, neste mesmo contexto, tem-se a formação de agrupamentos sociais constituídos por famílias de ex-escravos que permaneceram nas terras cultivando-a de forma autônoma sem quaisquer ingerências relativas ao modelo *plantation*. Como estratégia de reprodução física e social, alguns membros destas famílias mantiveram relações de trabalho com os antigos engenhos que passaram a ser arrendados por fazendeiros. Esta autonomia produtiva viu-se ameaçada de forma ostensiva a partir da década de 70 do século passado, quando as terras públicas entram para o mercado de terras por determinação da Lei de Terras de 1969.

No decorrer de 2012-2013 pesquisadores do PNCSA retomaram as atividades de trabalho de campo em Penalva, no âmbito do Projeto Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais, com a intenção de aprofundar as relações de pesquisa com as organizações associativas que se defrontam com situações específicas de conflito, seja com fazendeiros e empresários, seja com agentes do governo responsáveis por intervenções no território. Pretendíamos dar continuidade às iniciativas de cartografar os territórios quilombolas do município de Penalva, notadamente aqueles territórios constituídos por comunidades que reivindicam no presente seus direitos territoriais, contrariando as iniciativas de seus antagonistas históricos que os tratam como “posseiros”. A intensificação das situações de conflito levava os agentes sociais a buscar a cartografia social como forma de dirimir as tensões nas quais eles se veem implicados. Realizamos, no decorrer destes oito anos, trabalho de pesquisa nos territórios de Formoso, Enseada da Mata, Sansapé e Monte Cristo.

Na região chamada Baixada Maranhense cada uma das comunidades possui situações próprias de mobilização política, de preservação ambiental e de territorialidade. As narrativas míticas e territorialidades específicas apontam para uma autonomia produtiva e de produção da memória atrelada a um saber profundo sobre o uso dos recursos naturais. Esse saber produziu um tipo de manejo que garantiu a preservação, décadas a fio, dos campos naturais, das *matas velhas*, buritizais, juçaraís, madeiras raras, caças, peixes e pássaros. A ecologia própria da Baixada Maranhense, formada por

boletim informativo

NÚMERO 2 . JUNHO 2014

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Alfredo Wagner Berno de Almeida CESTU/UEA
Rosa Elizabeth Acevedo Marim NAEA/UFPA

EQUIPE DE PESQUISA

Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Portela Nunes, Geovania Machado Aires, Gardênia Mota Ayres, Luciana Raílza Cunha, Poliana Nascimento, Jhuliane Mendes, Jhullienny Silva Santos, Tacilvan Silva Alves

COLABORAÇÃO

Camila do Valle, Davi Pereira Júnior

CARTOGRAFIA

Luís Augusto Pereira Lima
Poliana Sousa Nascimento

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Ernandes Fernandes | DESIGN CASA 8

área de ocupação antiga

campos naturais, rios, lagos, igarapés e matas se coaduna com um modo próprio de vida que se produz e reproduz nos períodos classificados como *inverno* e *verão* em uma regularidade que concilia uso e preservação.

A pesquisa esteve orientada por rede de relações com agentes locais ligados a movimentos sociais que enfrentaram, juntamente com os pesquisadores, o desafio de deslindar as estratégias de desmobilização desses modos de vida, causadas por devastações para o plantio de capim e que se apresentam de maneiras variadas por empresas privadas e ações estatais. Esses empreendimentos vão desde o cercamento dos campos naturais para a criação de búfalos, incluindo estratégias mais recentes como a aquisição de terras por grandes conglomerados econômicos.

A devastação da região para pasto de gado bovino e bubalino advém dos anos 70 do século passado e relaciona-se com a aquisição, via grilagem e compra a preço irrisório, onde se localizavam povos e comunidades com territorialidades específicas, como *terras de preto*, *terras de índio* e *terras de herança*, *terras de doação*. Atualmente intensificou-se esse processo de devastação com índices surpreendentes e que contrastam largamente com a riqueza e diversidade de modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Os fazendeiros que instituem a criação de gado búfalo e o cercamento dos campos naturais na década de 1970 acabam por reconfigurar as relações de conflito com a adoção de mecanismos de repressão da força de trabalho e desestruturação dos modos de vida prevale-

centes. Há inclusive situações de atuação de empresas como a chamada GM que possuem grandes extensões de terra para plantação de capim cuja área incide no território das comunidades específicas; ou ainda situações de apropriação indevida de terras das comunidades para a plantação de palmáceas (juçara e babaçu) para produção em larga escala.

O presente boletim é resultado de processos de pesquisa junto àqueles que conhecem esses territórios e estão envolvidos na luta pela sua defesa. E, que tem resistido a partir de mobilizações e ações conjuntas de denúncias e explicitação dos principais problemas que se agravam, como a colocação de cercas elétricas nos campos, as ameaças de morte aos quilombolas, o impedimento pelo fazendeiro ou capataz da entrada nas áreas cercadas, seja para colocar roça, colher babaçu ou coletar ervas. O presente boletim abordará a luta das comunidades tradicionais pela manutenção dos modos de vida e dos territórios e os efeitos das devastações e desmatamentos na manutenção dos modos de vida. Observamos que as famílias que permaneceram em seus territórios são justamente as que preservam as áreas, onde há sombra, frutos variados, caça, ao contrário das áreas privatizadas, onde se vê desertos de capim plantado em uma homogeneidade na paisagem que imobiliza modos de vida. E ainda, o saber dos quilombolas que definem exatamente quais são os seus territórios cujos limites obedecem à maneira como tem vivenciado suas relações sociais. ■



Oficina preparatória de mapas Projeto “Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais”

PENALVA, março 2012

Sobre o Território do Formoso



“Lá é muito bonito, lá tem tanta beleza que as pessoas, se forem lá, provavelmente vão se encantar pelo resto da beleza que existe.”

ARNALDO. ILHA DO FORMOSO, 2013

Seu Roque, Luzanira Pires Ribeiro, Nice Machado Aires, Fabrício Maranhão, Maria do Carmo

O território do Formoso

inclui povoados como Lagoa Mirim, Boa Vontade, Praça da Igreja, Rua do Namoro, Ponta de Areia, Capueiro, Marmorana, Cansado, Centro dos Caboclos, Baixo da Onça, Cajazeiras, Olho

d'água, Igarapé Grande, Colônia, São Mateus, Escorrega, Catitu, São Raimundo, Queimada, Tororama do Formoso, Ilha do Formoso e Jacaré. E, segundo seu Arnaldo, morador da Ilha do Formoso, tem outras ilhas próximas, algumas ainda preservadas como Jutaí e Ilha das Pacas.

A partir dos anos 70 as terras nas quais as famílias praticavam o sistema de uso comum dos recursos naturais passaram a ser cercadas ilegalmente por fazendeiros que devastaram extensões de terras e as cercaram para criação bovina e bubalina. As famílias ficaram limitadas a pequenos pedaços de terra e a pagar para os supostos proprietários o chamado *aforamento*, que consiste em repassar parte da produção da *roça* para o chamado fazendeiro. Desde então, os conflitos passaram a ser uma constante e incluem atos de violência, ameaças de morte, corte e apreensão por parte dos capatazes das fazendas de utensílios de trabalho, cortes de rede de pesca e instrumentos e, ainda, o fogo que os fazendeiros ateiam nas áreas para posteriormente plantar capim.

A ilha do Formoso, que flutua nos meses de inverno, aparece descrita como devastada em 70% pelas queimadas. Como nos coloca seu Arnaldo “Porque lá perdeu 70% das reservas, está perdida através do fogo. Através de quê? Dos fazendeiros que tocam fogo na beira da terra que eles têm terreno lá, tem propriedade, eles tocam fogo pra fazer pastagem, nos prejudicam. É preciso chamar a atenção das autoridades, tomar conhecimento da área e vir resolver esse problema.” A devastação teria levado ao *desencantamento* gradual da ilha, nas palavras do entrevistado: Eu sempre botei na minha cabeça que existe um

mistério sim, agora com o tempo, com a devastação, as coisas vão dificultando, esses mistérios vão desaparecendo (...) Este lugar precisa ser preservado... nós que precisamos tirar um açaí, um buriti e nós não temos, porque eles devastam, e nós não temos força, não temos lei que possa proibir esta queima definitiva, pra não ter mais. As entrevistas apontam para narrativas míticas que associam a devastação a uma desestruturação dos modos de vida e saberes desses povos e comunidades. A devastação é associada ao afastamento dos seres que protegem as *roças, florestas, matas velhas, babaquais, juçaraís, buritizais* e *canteiros de ervas*. Tais seres são responsáveis pela proteção das famílias, dos territórios e pela própria continuidade do grupo. A devastação e desmatamento via fogo e capina ou por veneno, para plantio de capim, leva, em última instância, ao afastamento dos *invisíveis* que, segundo Nice Machado Aires, estão no *alto*, na *terra*, no *ar* e do *fundo da terra*. Ou seja, a devastação desordena os modos de vida, alterando a maneira como os grupos utilizam e classificam seus territórios. As famílias das comunidades quilombolas do território do Formoso estão em confronto direto com os fazendeiros que tem refinado suas estratégias de repressão com a colocação de cercas elétricas, destruição de áreas de roça, roubo de ruínas dos antigos engenhos e intimidação com armas de fogo aos que adentram nas áreas cercadas.

Os curadores e benzedores da região possuem canteiros de ervas nos quais cultivam as plantas e ervas que servem para feitura de remédios e *garrafadas* necessárias para o uso junto aos doentes. Antes do cercamento das terras as ervas medicinais eram coletadas em áreas comuns, reservadas para tal fim. Hoje essas ervas são plantadas nos *canteiros* para garantir a permanência e atualização de tais saberes uma vez que os fazendeiros tem cercado as áreas de plantação nativas das ervas. Lutam pela aprovação de um Projeto de Lei a semelhança do aprovado em São João do Triunfo, Paraná que reconhece os saberes e práticas das *benzedoras, rezadeiras, curandeiras* e *costureiras de rendiduras* (dores musculares) como legítimas.

Território quilombola de Sansapé

A luta contra a devastação e o cercamento dos campos naturais

Historicamente constituído o território de Sansapé é formado pelas seguintes comunidades: Sansapé, Ponta da Areia, Cutias, Tibiri, Alto Bonito, Sossego, São Joaquim, Cavaco, São João, Tarumã, Marisa, Belo Monte, Jatobá, Capoeira de Amâncio, Taboca, Frechal, Oiteiro da Cruz e Ludovico.

As comunidades de Ponta da Areia e Cutias são próximas uma da outra, sendo consideradas como comunidades *vizinhas*, e compartilham uma mesma situação de conflito com o fazendeiro local. Atualmente há proibições expressas por parte do fazendeiro para o plantio e as áreas das fazendas estão cercadas. Os moradores destas comunidades precisam pedir permissão aos fazendeiros para plantar, sendo a área de plantio definida por estes. O pagamento de *foro* é obrigatório e também é pré-definido, independentemente da colheita. Algumas famílias negam-se a pagar mas, para tanto, deixaram de cultivar a terra, enquanto outras são constrangidas ao pagamento estando subordinadas a formas de imobilização da força de trabalho.

As famílias que lá residem há muitas gerações são obrigadas, no presente, a *pagar renda* aos que se apresentam como proprietários de terras, sendo que o cálculo econômico é feito antecipadamente a partir da quantidade de terra a ser cultivada. Os fazendeiros não só determinam o local e a quantidade de terras a ser cultivada pelos moradores, como também determinam o valor de cada produto; isto é, cada produto plantado tem um correspondente por quilo a ser pago na época da colheita. Este valor aumenta anualmente e de modo aleatório, sem qualquer relação com taxas oficiais. Aqueles que não cumprem com estas determinações vêm sendo ameaçados. Além disso, os fazendeiros têm desmatado as áreas de reserva mantidas pelas comunidades para sua reprodução física e social. A eles são atribuídas ações de devastação. Houve situações de “conflito de búfalo” que levou os moradores a reivindicarem judicialmente seus direitos, atendidos parcialmente porquanto alguns

criadores de búfalo foram constrangidos por forças policiais a sair, enquanto outros se negaram a fazê-lo.

Atualmente há dois grandes empreendimentos agrícolas que incidem sobre o território, sendo a eles imputados atos de devastação das áreas preservadas pelos quilombolas. O desmatamento dos recursos florestais atende à criação de pastagens. O problema tem sido agravado desde que os fazendeiros destinaram seus empreendimentos à criação extensiva de búfalos nas áreas dos campos naturais. Tradicionalmente livres, tais áreas passaram a ser cercadas, obstando o livre acesso de pescadores aos campos. Além disso, os búfalos destroem o ecossistema dos campos naturais. Há uma quantidade significativa de espécies de peixes que não são mais encontrados. Os agentes sociais ressaltam que o estoque de recursos pesqueiros limitou-se aos *peixes de vazante*, espécimes menores. Há ainda ocorrências de derrubadas de árvores centenárias, atribuídas à ação destes fazendeiros.

A despeito da recusa dos fazendeiros em deixar a área, os agentes sociais consideram que os fazendeiros são transitórios, ocupam a terra por um tempo e vão embora, enquanto eles mantêm relações longas e duradouras com o território de Sansapé, o qual é considerado como território este que é considerado como território quilombola, conforme ressalta o presidente da Associação de Moradores da comunidade Ponta da Areia.

*“A gente sabe que se acabar com a reserva, vai acabar com todo mundo (...)
a gente vive da roça e da quebra do coco.”*

MAURO LEITE. SANSAPÉ, 2013

MAURO LEITE: sempre eles saindo, tendo a corrida deles, e a gente ficando, sempre como escravo, os que ficaram. Não tendo acesso a eles pra pegar a renda, sempre trabalhando e eles pegando o mantimento, indo embora, e a gente sofrendo. Antes a gente roçava aonde queria e não pagava nada. Era a terra dos quilombos, a gente fazia a roça da gente por nossa conta. E aí depois que eles chegaram e se apossaram é que foram cobrando 45 quilos de farinha por linha, 45 quilos de arroz, 45 de milho. Tudo tem sua medida.
23 JANEIRO 2013



Desmatamento no território quilombola de Sansapé

“(...) O desmatamento da reserva, do juçaral, o palmeiral que alimenta aqui a comunidade, que a gente sabe que o sustento é o babaçu e também, a área aqui alagada que é o campo natural, a gente pega o peixe pra sustento é aqui nativo e o momento que a gente ficar sem esse negócio aí, a gente fica sem o sustento. Quer dizer que aqui tanto faz para a alimentação da gente como para o comércio de vender o peixe para aquelas pessoas que não pescam, abastece tanto aqui a comunidade como as outras vizinhas (...) essa reserva aqui que a gente ainda tem está ameaçada de despejo pelos fazendeiros porque eles chegaram e se apoderaram e aí (...) o campo, a gente já teve vários confrontos com o búfalo aqui, já levamos na justiça, já fomos ameaçado pelos donos de búfalo, eles soltava búfalo e caía cá dentro, ali nas Cutias. Aí nós pedimos muito apoio para o dono, ele não deu e aí agente apanhou os búfalos e ele ainda deu parte da gente. Pegamos dois caminhões de gente e levamos lá, aí não deu em nada, arumamos advogado, e aí com isso, até hoje a gente vive nesse sofrimento e hoje a gente tá buscando parceria porque a gente sabe que só pode resolver as coisas hoje com parceria (...) Então as mulheres que vão apanhar o babaçu ela se arranham no arame. Então ainda está exposto a um touro matar ela lá dentro e aí a gente perder a vida por causa desse negócio. Quer dizer que tudo isso tá suposto comprometendo a vida de cada um, pai de família aqui que sempre zelou aqui dessa reserva. E por isso que a gente está reivindicando o direito de cada um de nós moradores para que a gente continue nessa reserva porque a gente zela dela. Essa reserva aqui se ela está desse tamanho é porque a gente tá lutando, eu digo assim, com a essa própria pele e a sua própria vida porque a gente tá na mira deles. É pra a qualquer hora perder a vida porque a gente sabe que se acabar com a reserva vai acabar com todo mundo porque aí não vai ter o peixe, que é o peixe nativo. nós não vamos ter o babaçu, não vamos ter a farinha que a reserva é pra nós fazer roça, que a gente vive da roça e da quebra do coco.”

MAURO LEITE

A instituição do pagamento de foro, o cercamento dos campos naturais, assim como a proibição ao livre acesso aos babaçuais remetem à Lei Sarney de Terras, que instituiu as condições de possibilidade para mudança na atividade produtiva por parte dos chamados fazendeiros dessa região da Baixada Maranhense. Se durante cerca de cem anos, desde o proclamado contexto de decadência da lavoura no Maranhão, no último quartel do século XIX, até a mencionada lei de terras, os mecanismos de reprodução do poder estiveram restritos aos chamados arrendamentos de engenhos, sem que houvesse qualquer intervenção na “terra” propriamente dita, a Lei Sarney parece ter instituído nessa região as condições para que conglomerados econômicos se apropriassem da “terra”, enquanto “propriedade privada”, a despeito daqueles que a cultivavam e dela viviam secularmente. Isto produziu como efeito a instituição das cercas como marcos limitadores de propriedades privadas e, como corolário, reconfigurou as estratégias de imobilização da força de trabalho porquanto esta Lei não tenha contemplado as comunidades historicamente produtivas da Baixada Maranhense.



Nice Machado Aires,
quebradeira de coco
e quilombola

Mauro e Dona Nice no
salão de cura de Ponta
da Areia, onde a festa é
realizada pela Sra. Maria
Jose Moraes Reis



A derrocada de Carlos Jansen e a emergência de comunidades livres das grandes plantações

A relação mantida pelo grupo com o território é considerada muito anterior à ocupação da área pelos fazendeiros. Os agentes recuperam relações de parentesco com aqueles de que foram escravos. Para aqueles que são de Ponta da Areia o acesso do grupo à terra é referido ao contexto da escravidão, sendo remetido à geração dos bisavós dos entrevistados. O grupo descende da ex escrava Marcela Jansen que chegou a Sansapé pouco antes da libertação dos escravos nessa região. Ela fora vendida a Carlos Jansen, *branco* que adquiria escravos por compra e com ele manteve relações íntimas. Este vínculo parece tê-la preservado dos severos castigos aplicados aos outros escravos, tanto quanto do trabalho árduo realizado nos engenhos que não raro deixava sequelas no corpo físico. Os relatos sobre acidentes referidos ao cotidiano de trabalho nos engenhos são recorrentes nas falas dos agentes sociais ao se lembrarem de pessoas do passado que foram multiladas pelo maquinário, a exemplo de Joana Braço Cotó como passou a ser chamada.

Marcela Jansen, contudo, não nascera em Sansapé, mas era proveniente de outra fazenda localizada no Alto Mearim. Ela contraiu matrimônio com Custódio Leite, outro escravo também vendido. Ele, entretanto, vinha de São Bento. Relatos de compra e venda de escravos são recorrentes nas falas dos agentes sociais ao se reportarem aos seus antepassados e indicam que os donos de engenho desta região adquiriram escravos de outras fazendas.

O trânsito dos escravos pelas fazendas parece ter sido, segundo o depoimento dos entrevistados, bastante intenso no período que antecede a Abolição haja vista os relatos de sucessivas vendas que alguns escravos vivenciaram como Marcela e Custódio. Além de Marcela, Carlos Jansen teria adquirido outras escravas, algumas eram inclusive parentas de Marcela. Finda a escravidão Marcela Jansen adquiriu extensões de terras em Sansapé, deixadas por Carlos Jansen. Além dela, outras ex-escravas também adquiriram terras com o fim da escravidão e o declínio do domínio de Carlo Jansen em Sansapé.

O território de Sansapé passou a ser percebido como lugar da liberdade para estes antepassados dos atuais moradores posto que fora aí que Marcela Jansen dentre outros escravos, também adquiridos por compra a Carlos Jansen, alcançaram a liberdade.



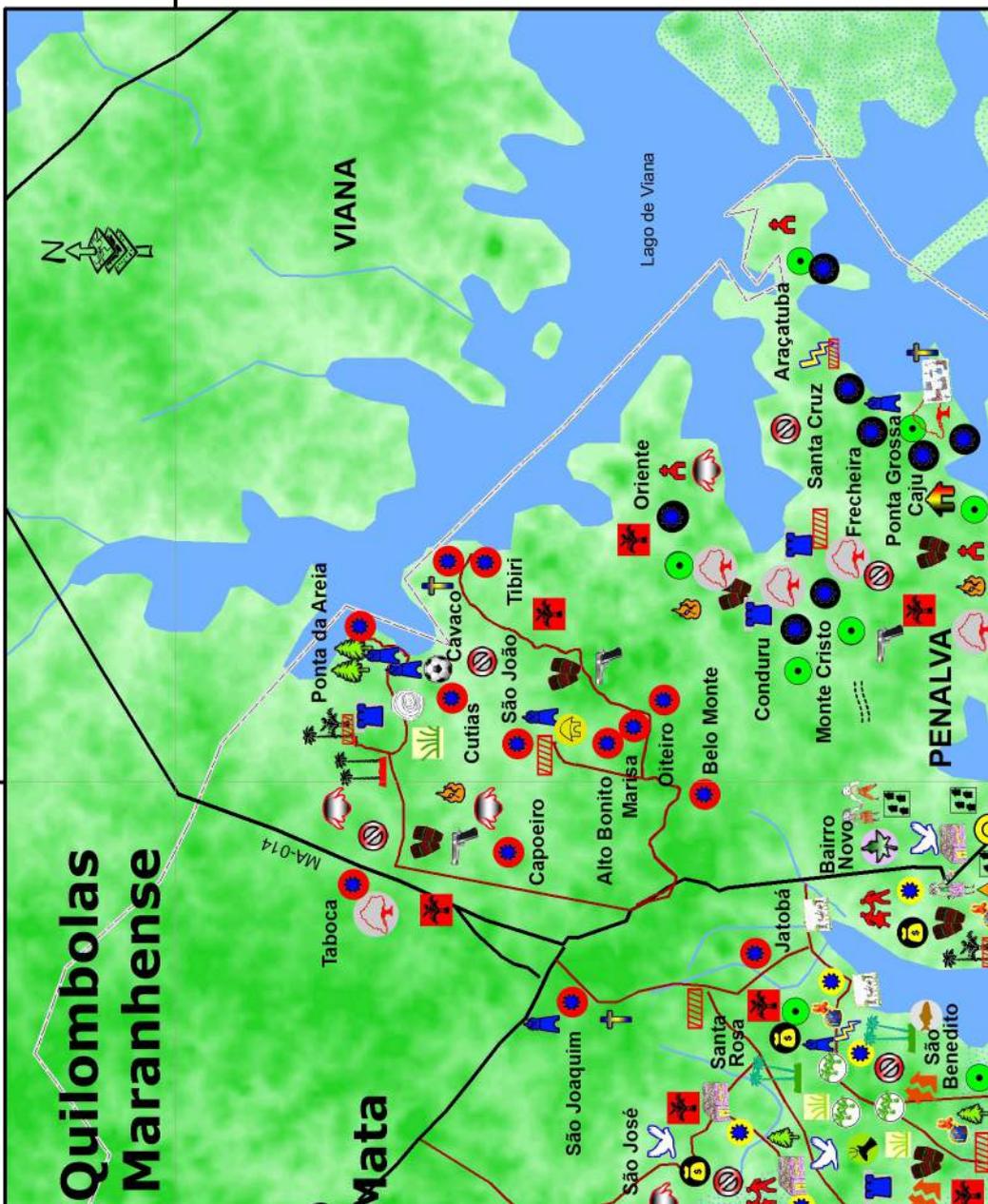
MARIA DE JESUS LEITE JANSEN:

olha, minha avó contava que era ela Marcela Jansen, que era Jansen por causa do Carlo Jansen, patrão dela, era ela, era aquela Marcela Açoeira que tinha aquele pedaço nas Cutias, era Sergita, essa era nossa tia porque era prima da minha bisavó. E agora ela tinha outra prima por nome Joana. Essa ela não sabe ela foi embora e não sabe por onde ela se acabou. Elas vieram vendidas, rolando, rolando, vende tudo, vende tudo, vende tudo, aí esbarraram aqui no Sansapé e o Carlo Jansen aqui no Sansapé aí foi que libertou pra elas.

23 JANEIRO 2013

45°10'0"O

3°10'0"S





Fonte:
 Croquis das Comunidades dos Territórios de Formoso, Monte Cristo, Sansapé, Enseada da Mata, e pontos coletados com GPS, IBGE 2011, ANA 2008, Ministério dos Transportes 2010.

SIRGAS 2000 1:120.000

Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: Processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais

Equipe de pesquisa:

- Poliana de Sousa Nascimento
- Gardenia Mota Ayres
- Luciana Raíza Cunha Alves
- Jhullieny Silva Santos
- Geovânia Machado Aires
- Jhuliane Mendes de Abreu
- Patrícia Porteira Nunes
- Cynthia Carvalho Martins

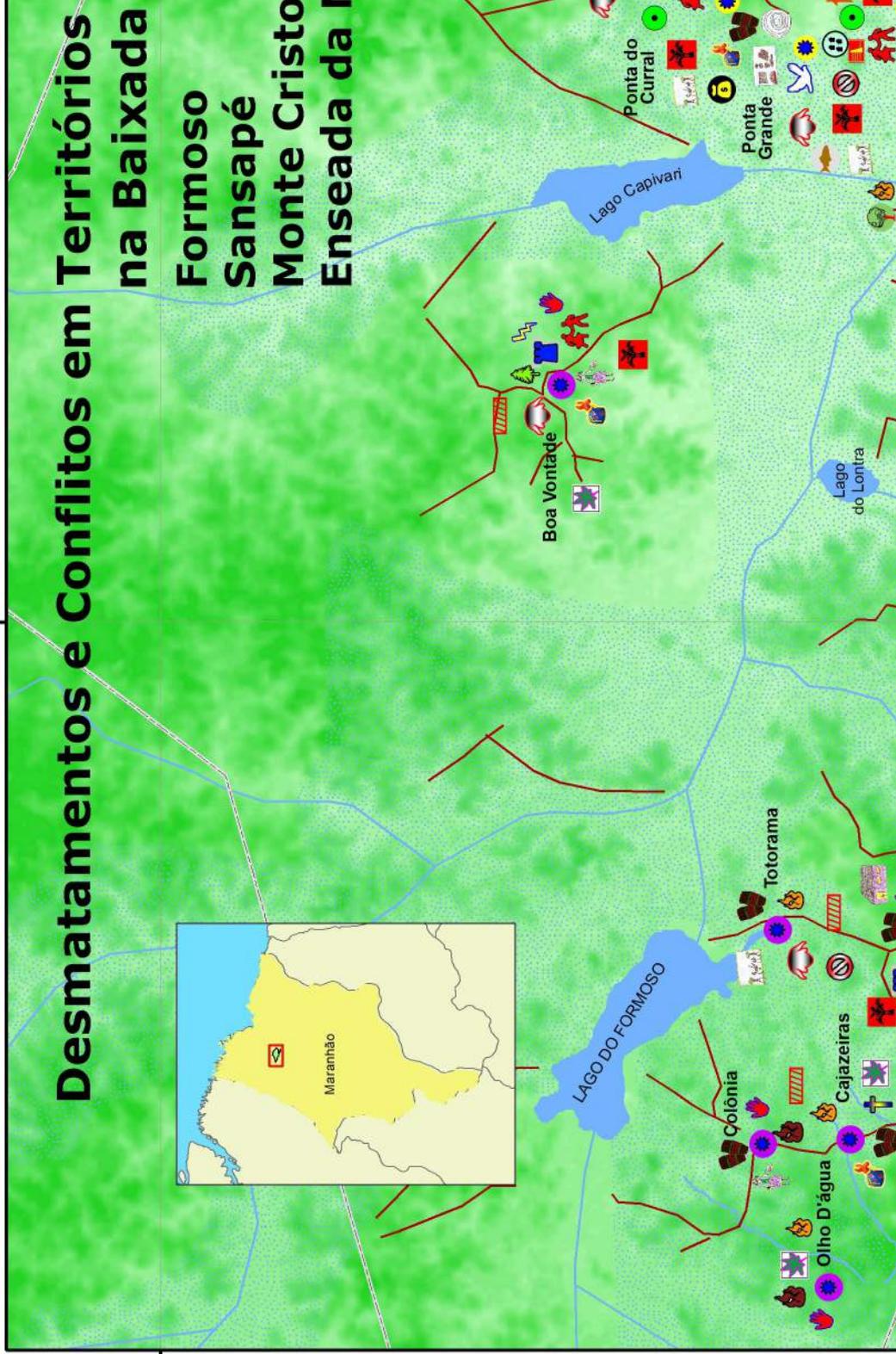
Cartografia:
 Luis Augusto Pereira Lima (PNCSA-UEA/PPGCSPA-UEMA)

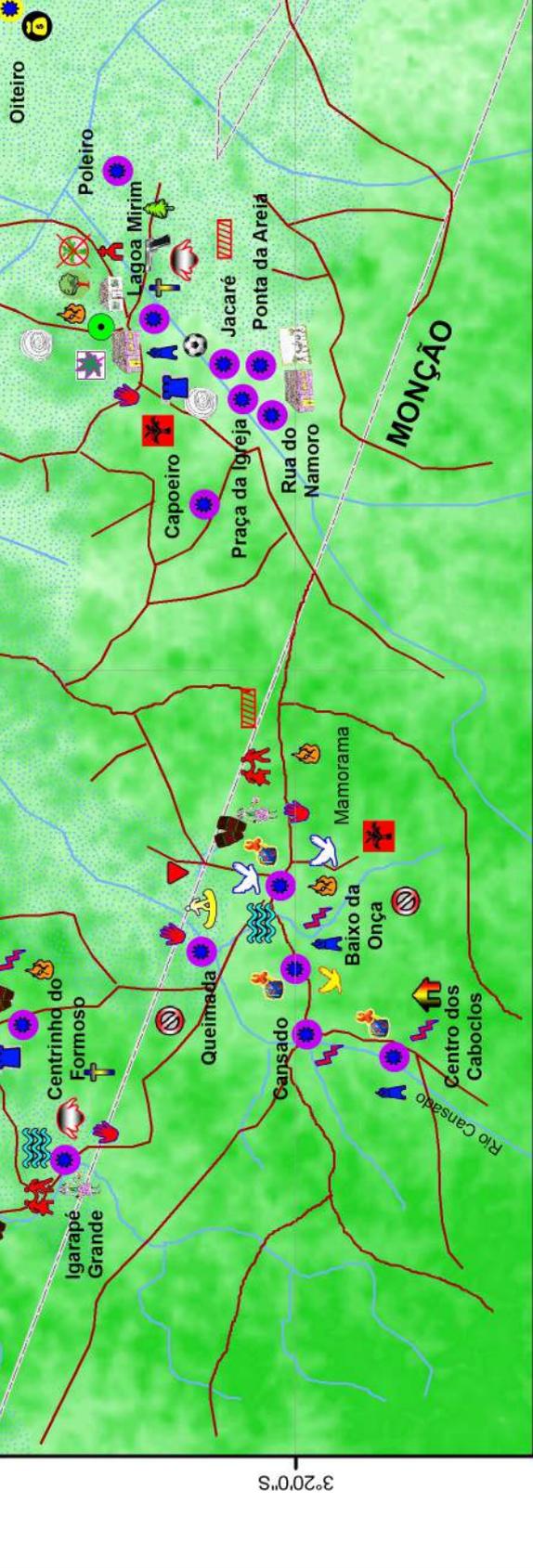
Extração ilegal de madeira	Cerca elétrica
Desmatamento de juçara	Cerca elétrica /porteira e cercamento de caminho (indo para Araçatuba)
Juçara e babaçual - cercadas por fazenda	Cercamento ilegal de caminhos nos Campos Naturais por fazendeiros
Devastação de babaçual	Convenções
Queimada de babaçual	Limites
Queimada de juçara	Estradas Penalva
Sem energia elétrica	Rodovia
	Hidrografia
	Área sujeita a inundação

45°20'0"O

Desmatamentos e Conflitos em Territórios na Baixada Formoso Sansapé Monte Cristo Enseada da

3°10'S





45°20'0"O

3°20'0"S

Legenda

- | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|--------------------------|--|--------------------------------|--|---------------------------------|--|---------------------|--|--------------------------|--|----------------------------------|
| | Território de Enseada da Mata
Comunidades / Povoados | | Mutrão | | Cacuriá | | Terreiro
de Mina | | Porto | | Área de pesca | | Coelho |
| | Território de Formoso
Comunidades / Povoados | | Lugar de coleta de ervas | | Bambaé | | Escola | | Fazedor de
canao | | Lago dos pássaros | | Monte Cristo |
| | Território de Monte Cristo
Comunidades / Povoados | | Bairro quilombola | | Antigo engenho | | Igreja | | Locais de roça | | Acesso à
Monte Cristo | | Construção ilegal
de barragem |
| | Território de Sansapê
Comunidades / Povoados | | Clube de Reggae | | Artefatos de
antigo engenho | | Casa de farinha | | Mata Velha | | Açoreamento de rio | | Aterro |
| | Associação de Moradores
do Bairro Novo | | Associação de Quilombo | | Festa do Divino | | Campo de futebol | | Juçaral | | Conflicto de terra | | Coelho |
| | | | Escola de palha | | Bumba meu boi | | Cemitério antigo
de escravos | | Babaçual | | | | |
| | | | Doutor do mato | | Tambor de crioula | | Cemitério | | Área de caça | | | | |
| | | | Parteira | | Poço de antigo
engenho | | | | | | | | |

O entrelaçamento de saberes e fazeres tradicionais na preservação das florestas

“Era tudo enquanto era tipo de remédio, usava garrafadas, tudo enquanto era ervas, casca de pau, batata de pau, era alho, era pena, era manjerona, era hortelã, todo tipo. Às vezes o vizinho não estava em casa achava, era só apanhar e pronto. A seca matou porque essas plantas assim são muito mufina. Esses doutores daí de fora diz: isso aqui não é pra nós é pro doutor do mato, ou então quando a gente olha e ver que não é pra nós a gente diz: isso aí é pro doutor da vida. O doutor do mato não sabe fazer operação. Não corta. Meu guia. O guia do fundo eles é quem diz que é tal remédio, tal mato é pra tal sofrimento.”

JOÃO MORAES LEITE, 24 JANEIRO 2013



“Às vezes o vizinho não estava em casa achava, era só apanhar e pronto.”

JOÃO MORAES LEITE

DOUTOR DO MATO EM PONTA D’AREIA, PENALVA

“Eu já peguei muita criança. Eu sei quando tem dois, quando tem duas crianças, eu sei quando é grande, quando é pequeno. Depois do parto eu só curo o umbigo. Eu curo com azeite de carrapato. A placenta as vezes quando tá agarrada eu tiro com a mão. Ai quando não vem atrás da criança, é só sacudir no pé da barriga que ela desce. Isso aí é um dom que já nasce. Eu partejei a mãe dela e quase tudo foi eu. Uns chamam mãe de leite, outros chamam minha madrinha. Uma que eu não fiz porque ela era cerrada de carne no primeiro e o segundo dela, ela era cerrada de osso, quando não dá pra nascer aí tem que cortar. Eu não corto e a criança não passa. A placenta é enterrada. Agora se for enterrada muito fundo o dente da criança custa nascer. Se enterrar raso o dente nasce rápido. Eu partejo mais da primeira barriga por que as mulheres tem medo. Quando eu partejo fica eu e mais outra pessoa, eu fico na frente esperando a criança nascer aí quando nasce eu pego, corto o umbigo, banho, coloco alfavema, a fumaça de alfavema.”

POSIDÔNIA, 24 JANEIRO 2013



RAIMUNDA BERNADINA SEREJO NUNES,
BENZEDEIRA, CUTIAS, PENALVA

“Eu vou aprender que é pra mim não ter que pedir e não ter horário. Por que às vezes você vem de distante aí eu vou dizer: ah! Agora não! Eu digo eu vou aprender que pra mim não vai ter horário. No benzimento da isipra] se pega um pouquinho de água ou cachaça. Quando não se tem a cachaça se bota água, mas mais comum aqui é a água, bota um pouquinho de sal, umas três pedrinhas de sal ou bota um pouquinho de sal, ou pega vassoura virgem e vai benzer.”

RAIMUNDA BERNARDINA,
24 JANEIRO 2013



“Eu até acompanho parto aqui, eu acompanho. Graças a Deus que deu tudo certo.”

MARIA JOSÉ MORAES

BENZEDEIRA, PARTEIRA E CURANDEIRA

“A gente só faz a benção e um remedinho que a gente ensina. Tira casca de janaúba, mururé tudo que faz garrafada, essas coisas aqui não existe mais. Tinha era muito, mais aí eles vão roçando vão derribando e aí não vai tendo mais (...) eu até acompanho parto aqui, eu acompanho. Graças a Deus que deu tudo certo. Eu corto umbigo, aí se, por exemplo, se sentir uma dor de barriga aí eu chamo a mãe e digo: oh vai por casa faz um chá de alfavema com alfavema e dar para ela. Se Zé Raimundo não ajudar aí o remédio não vai prestar. Aí a consulta que faço pode é fazer que não vai valer. É ele quem diz o recado, é ele quem conta tudinho.”

MARIA JOSÉ, EM PONTA D’AREIA, PENALVA



O trabalho social das parteiras e o desmatamento: as matas estão virando capim

As funções sociais de parteiras, benzedores(as), curadores(eiras) e doutores(as) do mato



“É a natureza que dá a aula pra gente.”

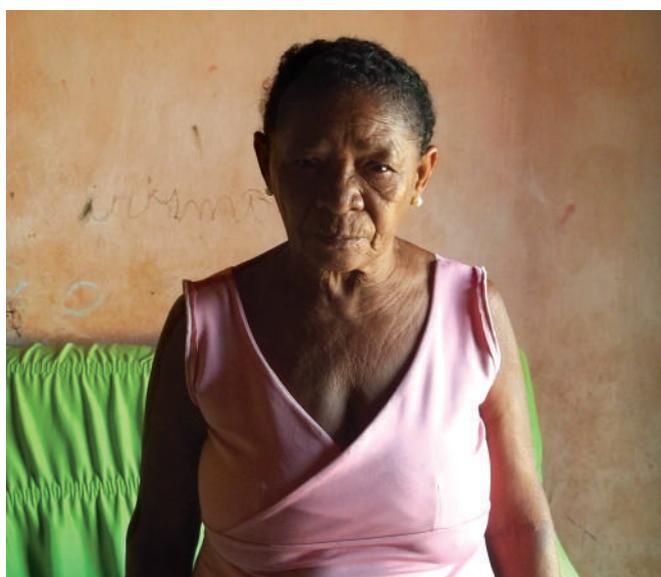
SEBASTIANA FREITAS AIRES
PARTEIRA EM FORMOSO, PENALVA

“Meu nome é Sebastiana Freitas Aires, sou do povoado Boa Vontade, faço parte de Lagoa e reserva de Boa Vontade (...) lá, eu faço trabalho de roça, eu quebro coco, eu labuto lá (...) eu sou parteira com a idade de 20 anos, porque quando eu comecei mesmo a fazer o serviço, eu estava com 20 anos e eu sempre, sabe como é que é, a parteira oficial custava a chegar e eu via que a família estava se batendo, ai eu ajeitava, ai quando a parteira chegava as vez já estava só para cortar o umbigo, ai depois que eles largaram de chamar parteira aqui e viraram pro meu lado, vinha de noite me buscar, olha isso é doído, eu já tive foi 12 filhos (...) Quando a gente tem que ser uma coisa, já nasce. É a natureza que dá a aula pra gente (...) as plantas assim, tem a tiririca pra fazer chá, a gente faz um chá de cebola branca, bota pimenta, faz um mingau de farinha seca e bota pra esquentar. Mas graças a Deus! Com a ajuda de nossa senhora eu realizo parto de muito tempo e nunca teve atrapalho (...) Eu digo pra eles que não quero nem saber de pagamento. Eu quero saber é do respeito (...) Eu tenho afilhado pra todo lado.”

SEBASTIANA, 26 AGOSTO 2012

“Meu nome é Maria Regina Santos, sou aqui mesmo de Penalva (...) quando eu me entendi, já foi com essas coisas de macumba, mas ai minha mãe mandou fazer um terreiro de mina no Formoso pra mim. Eu estava com 14 anos e vim de São Luís da casa de seu Nonato, meu pai de santo (...) faço os preparados, meus preparados de doença é mais assim com mato caseiro, com planta caseira, é arruda, é aí vai o tipo da doença, porque tem problema que as vez tem que fazer aquela garrafada de arruda. Aquele tem o mastruz que a gente prepara com arruda, a batata da pega pinto, ai é pra aquela doença que transforma na barriga da mulher. O tipí a gente faz a fricção, quando a pessoa está com aquele serviço, né. A gente faz a garrafada, soca ele com 9 dentes de alho macho, ai faz a garrafada pra pessoa tomar e a pessoa mesmo faz a reação daquele negocio. E tem também a... menina agora eu não estou me lembrando, tem a... catinga de mulata, ela é boa pra esse negocio de asma, ai a gente pega a catinga de mulata um tanto, leva no pilão, soca bem socadinho, não passa em nada. Ai bota na vasilha pra fazer o lambedor, ai bota canela, a gente rala aquele, o caroço do abacate, a gente rala bota tudo dentro. Pra asma vou lhe dizer que é primeiro lugar, é bom demais. É bom que a gente come até com farinha, mas eu vou te dizer que é bom. Ai tem vários matos, mas é que a gente as vez esquece (...) Agora os matos estão virando capim e nem sei como vai ser para curar nossas doenças que o capim e os búfalos causam é mais doença nas pessoas e os mato se acabando, as doença aumentando meu Deus, como vai ser?”

MARIA REGINA



“É bom que a gente come até com farinha mas eu vou te dizer que é bom.”

MARIA REGINA SANTOS
PARTEIRA EM BAIRRO NOVO, PENALVA

O tempo dos arrendamentos de engenhos

Estratégias de imobilização da força de trabalho confrontadas à autonomia produtiva de famílias que adquiriram terras no contexto de destruturação dos engenhos do século XIX

O antigo engenho São José, cujas ruínas ainda hoje podem ser vistas, está localizado dentro do território de Sansapé. Segundo os entrevistados, ele é posterior ao domínio de Carlos Jansen em Sansapé. Não se sabe ao certo quando este engenho iniciou suas atividades, mas manteve-se produtivo durante muitos anos do século XX. Estimam que suas atividades produtivas tenham findado há cerca de 40 anos. Os sexagenários de hoje incluem o engenho de Sansapé em suas memórias de infância. Ao falar do tempo em que o engenho funcionava, Dona Maria José Leite é levada à lembrança do medo que sentia ao acompanhar seu pai em suas idas ao engenho. Não há como esquecer-lo, segundo dona Maria, uma vez que posto a funcionar o maquinário do engenho era ouvido por todos em Ponta da Areia. Outra marca dos anos em que se manteve em funcionamento é o famoso relógio que ecoava três vezes ao dia por toda a região. Ele marcava o início da jornada de trabalho às seis horas da manhã para os que lá trabalhavam, a pausa para o almoço ao meio dia e o fim do dia de trabalho. O alcance de seu som podia ser ouvido em uma extensa região servindo de referência aos moradores de Penalva e de municípios vizinhos como Matinha e Viana.

As lembranças mais vívidas do engenho de Sansapé parecem estar referidas ao tempo posterior à falência dos engenhos do século XIX, sendo pertinente ao tempo dos chamados *arrendamentos* de engenhos.

MAURO: toda essa história do São Bento ficou ruim porque a gente não sabe o começo dela lá porque as glebas aqui são tudo separado como separou Monte Cristo, agora separou Enseada da Mata. E ficou essa reserva aqui de **Sansapé** e gente não sabe as histórias das outras, não sabe? A segunda geração não conheceu essas histórias, a gente tem essas histórias porque os mais velhos foram contando e foram passando pra gente, mas a gente não sabe tudo. JANEIRO 2013

Alguns agentes sociais parecem perceber que há limites sobre o conhecimento, impostos pelo tempo e pelo espaço, que obstaculiza a reconstituição histórica de Sansapé no período colonial. Ressaltam com bastante propriedade, entretanto, as formas de imobilização da força de trabalho vividas pós-aboli-

ção, assim como são capazes de desfilar os nomes de todos aqueles que arrendaram o engenho de Sansapé no período republicano: Cazuza Lopes, Pinisco, Severiano, Martim Castelo, Raimundo Soares, Matias Soares, cronologicamente ordenados.

Através da sucessão destes arrendatários os agentes demarcam a clivagem temporal a partir da qual a situação de conflito com os fazendeiros é agravada. Imputam a Matias Soares a mudança nas regras subjacentes às relações contratuais até então prevalentes.

RIBAMAR: Marcela Jansen porque ela foi escrava, quando foi finalizado escravatura, veio do Carlo Jansen. Então ela veio pra cá com o título dele, que ela veio da casa dele, foi cria dele, então foi Marcela Jansen. Mas ela é de nossa família, né, o nome natural era de nossa família, mas como ela foi cria de Carlo Jansen que foi o dono da escravatura de Sansapé então ela veio pra cá.

PATRÍCIA: então, Carlo Jansen era o dono da escravatura de Sansapé?

RIBAMAR: henheim, foi liberado a escravatura, o Carlo Jansen. Agora de lá veio pra Cazuza Lopes, de Cazuza Lopes, Pinisco, de Pinisco foi Severiano, de Severiano Martim Castelo, de Martim Castelo Raimundo Soares, de Raimundo Soares foi que veio pra Matias Soares, foi que desistiu.

PATRÍCIA: todas essas pessoas foram que sucederam como dono?

RIBAMAR: como dono, nunca tomou posse de nada, quando passou pra Matias Soares quando sitiou aqui?

PATRÍCIA: esse último foi que cercou?

RIBAMAR: foi sim.

Isto é, o cercamento das fazendas e dos campos naturais que tal arrendatário

introduziu ao findar as atividades do engenho e ao passar a dedicar-se à criação de gado produziu transformações drásticas no modo de vida daqueles que já moravam e residiam em Sansapé. A opção pela criação de gado levou ao desmatamento das áreas preservadas pelas comunidades. O cercamento das fazendas e campos passou a impedir o livre trânsito dos agentes no território tradicionalmente ocupado, tolhendo o acesso aos babaquais e aos campos. Muitos são os relatos sobre danos físicos no corpo das mulheres, quebradeiras de coco, provocados pelo arame das cercas. A instalação de cercas elétricas, recentemente, têm ameaçado a própria vida das extrativistas, especialmente na estação chuvosa, quando a situação de perigo é intensificada.



Tal situação de conflito contrasta com as formas de subordinação da força de trabalho atualizadas pelos arrendatários anteriores a Matias Soares. Isto é, apesar do engenho São José mobilizar a força de trabalho das famílias residentes nas diferentes comunidades de Sansapé, predominava a autonomia produtiva destas famílias. As áreas de plantio de roça eram livres, assim como o acesso aos campos



Ribamar Leite

naturais e aos babaquais. Na perspectiva dos agentes, as atividades do engenho não entravam em conflito com a relação das famílias com a terra, muito embora considerem que as condições de trabalho impostas pelos arrendatários àqueles que trabalharam no engenho de Sansapé reproduziram o modelo do trabalho escravo.

Para quem nunca foi a Penalva tem-se a impressão que todos os engenhos do século XIX mencionados pelos historiadores regionais estariam lá localizados tal a profusão de nomes de engenhos, *senhores de escravos* e *escravos libertos* mencionados. Há, entretanto, aqueles que distinguem com rigor os “engenhos de escravatura” de outros implantados pós-Abolição. Os agentes sociais recuperam inclusive rotas de comércio para o Engenho Central, localizado no Pindaré de forma a reforçar as interpretações eruditas sobre a “história do comércio no Maranhão” formuladas pelo historiador Jerônimo de Viveiros.

O depoimento do senhor João Gaiola, de Monte Cristo, explicita sobre esses Engenhos e a relação com o Engenho Central de Pindaré

JOÃO GAIOLA: De São Luís, passavam por aqui, bem aí tem um rio, ele subia aí no rio e ia embora pra Penalva, e depois ele ia e pegava, largava a carga que tinha que largar pra aqueles comerciantes e voltava, aí ia pegar o Plácido, de Pindaré. Nesse tempo Pindaré era central, hoje é Pindaré Mirim, mas nesse tempo era Central (...) A fazenda de Santo Inácio era uma fazenda de escravatura, fazenda de engenho, e ela justamente é de lá. A Puloonha Sinfrona Viveiro Era de Tramaúba, que fica em Cajari. E ela e o irmão dela por nome Acigango, vieram pra cá, ela justamente comprou ali do Plácido, essa ponta ali, comprou do Plácido e fez a casa dela. E o Plácido ali.

P: Então, olha só, o senhor já falou pra gente do engenho do Santaremzinho, do engenho Santo Inácio e agora do Tramaúba.

JOÃO GAIOLA: Tramaúba, aonde a Puloonha Sinfrona era escrava lá nessa fazenda de engenho. Tinha mais engenho. Tinha um engenho em Cajari, que ele chamava Flores. Engenho das Flores.

P: E esse Viveiros, quem era?

JOÃO GAIOLA: Viveiros era o primeiro aí da fazenda Tramaúba, onde Sinfrona Viveiros era dali.

P: Esse engenho Santo Inácio, quem era o dono dele?

JOÃO GAIOLA: Engenho Santo Inácio? Não sei quem era o dono. Eu sei que o Plácido vinha de lá.

P: Mas ele ficava distante daqui, o Santo Inácio?

JOÃO GAIOLA: Ficava longe. ■



Desmatamento e cercamento de áreas em Alto Bonito, Sansapé

Sobre o território de Monte Cristo

O território de Monte Cristo está localizado no município de Penalva – MA, região da baixada maranhense. A abundância de recursos naturais faz com que essa região de terras férteis, de campos naturais alagados durante metade do ano, seja alvo de disputas e interesses econômicos, para criação extensiva de búfalos, plantio de capim, implantação de grandes empreendimentos (carcinicultura, aquíicultura, rizicultura, piscicultura, barragens, entre outros) e cerceamento de áreas por latifundiários.

O território de Monte Cristo é constituído por seis comunidades: São Brás, Oriente, Conduru, Monte Cristo, Ponta Grossa e Araçatuba, que se autodefinem como comunidades quilombolas. Diferentes situações de conflitos sociais são vividas pelos agentes sociais, tanto em função da ação de fazendeiros que se dedicam à criação extensiva de gado quanto em razão de intervenções

oficiais realizadas pelos órgãos governamentais junto às comunidades que integram o território.

A área em questão está com processo formalizado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, enquanto imóvel rural, para destinação de “assentamento” delimitado por cinco comunidades: São Brás, Oriente, Conduru, Monte Cristo e Ponta Grossa.

Esse procedimento causa uma desestruturação territorial, no modo de viver e das relações sociais das comunidades quilombolas, uma vez que a comunidade Araçatuba, reivindicada como pertencente ao território não está incluída no processo de desapropriação por se tratar de uma “ilha” de jurisdição da Marinha, justificativa apresentada pelos funcionários do INCRA aos agentes sociais.

Excluídos da área do PA definida pelo INCRA, os moradores de Araçatuba passaram a reivindicar a titulação

definitiva de suas terras conforme os direitos assegurados às comunidades remanescentes de quilombos pela Constituição Brasileira, conforme explica N. P, morador (a) da comunidade.

“Quando eu fui entender que Araçatuba estava fora, foi no período de fazer os cadastros das famílias que seriam beneficiadas com as casas, vai ter moradia, e quando agente foi fazer as entrevistas, o cadastro, eles disseram que Araçatuba estava fora (...) O sindicato me falou o seguinte que Araçatuba tava como se fosse negócio da marinha, negócio de uma sub ilha, ela ficava no meio então ela é uma sub ilha ela já faz parte da marinha (...) era pra gente entrar no processo com essa terra, tirar os documentos que é pra gente legalizar como quilombola (...) inclusive eles me deram vários papéis pra mim correr atrás e tirar a documentação. Eu disse que meu interesse era correr atrás para que a gente ficasse livremente.” RNB, 25 JANEIRO 2013

Há aqui um descompasso entre o que os agentes sociais identificam como território e a noção de “imóvel rural” que norteia as ações do INCRA.

Cabe ressaltar que os procedimentos para titulação de territórios tradicionalmente ocupados, como as comunidades remanescentes de quilombo são norteados por demandas e reivindicações dos grupos, respaldados em direitos constitucionais específicos instituídos a partir de um intenso processo mobilizatório; como o artigo 68 da Constituição Federal e o Decreto 4887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. As terras tradicionalmente ocupadas transformadas em “assentamento” estão sujeitas a intervenção governamental formulada e gerida por normas e regulamentos elaborados pelo Estado. Os classificados “assentados” da reforma agrária são, segundo definição oficial, grupos heterogêneos que têm a posse de suas pro-

“Temos leis que são fruto de nossa luta, do nosso povo, queremos que sejam cumpridas e as comunidades quilombolas tituladas.”

IVO FONSECA



Ivo Fonseca, do quilombo de Frechal, coordenador da CONAC (Coordenação Nacional dos Quilombos), membro do CCN

priedades em lotes individualizados, sendo que o estado detém o domínio no desenvolvimento de programas e mantém um sistema cadastral para controle das famílias denominadas beneficiárias.

A desapropriação do território de Monte Cristo pelo INCRA implicou num acirramento das relações de conflito, uma vez que os fazendeiros permaneceram na área e tem intensificado as restrições ao uso dos recursos naturais. Além disso, a desapropriação efetivada pelo INCRA não contemplou a área que os agentes reconhecem como pertencente ao seu território de forma que povoados ficaram de fora da área reivindicada enquanto outros foram incluídos indevidamente à área delimitada.

“(…) Não sei se vocês observaram uma queimada naquele baixo que agente atravessou aquela devastação, aqui é um prego como agente diz na chuteira das pessoas, ele proíbe até os animais de pastar no lado dele, proíbe até as pessoas que tiram juçara, tem as famílias bem aqui e eles não querem que as pessoas tirem juçara, não aceitam que você tira uma palha para cobrir uma casa, tire um pau pra fazer uma casa, então são tantos conflitos que às vezes agente diz que não tem conflito na área porque para nós o conflito é quando o jagunço chega com a arma pra nos matar, mas se eles nos negam que agente faça o nosso trabalho o conflito é maior que esse.” R.N. REUNIÃO PREPARATÓRIA, 2012

O processo de regularização fundiária parece ter encontrado limites quanto à resolução da situação de conflitos, uma vez que os fazendeiros se negam a sair do território desapropriado e que as ameaças de morte às lideranças tem se intensificado. Em reivindicações recentes de representantes de comunidades quilombolas constava o nome de lideranças do território na relação de pessoas ameaçadas de morte, evidenciando que essas ameaças caracterizam uma situação de conflito extremo.

O conflito também se intensifica porquanto o órgão estatal de regularização fundiária, além de não considerar a totalidade do território, impõe regulamentos exógenos aos modos locais de viver, a exemplo da implantação das chamadas benfeitorias; ou, principalmente, do “cadastro de famílias”, que inclui famílias consideradas como “de fora” e exclui outras que tradicionalmente pertencem ao território.



Cercamento dos campos naturais em Araçatuba, território Monte Cristo



Búfalos nos campos naturais em Araçatuba, povoado que ficou de fora do Projeto de Assentamento

Os agentes sociais, organizados politicamente, têm unido esforços e dirigido suas ações no sentido de assegurar a titulação do território quilombola, porquanto, estejam implicados no presente, em situações de conflito social com fazendeiros.

“Tem uma comunidade dentro do PA Monte Cristo que o fazendeiro passou cerca elétrica numa parte que ele se apossou, lá tem um poço que tem mais de oitenta anos, ele colocou uma bomba dentro do poço e jogou uns canos para as pessoas pegarem água e as pessoas quando chegam da roça dependem da autorização do fazendeiro para ligar a bomba para que possam pegar água. O coco que as quebradeiras utilizavam, hoje os fazendeiros incubem os vaqueiros de pegar, eles vêm trazer para Penalva para queimar nas padarias. Hoje eu não roço onde eu quero não passo onde eu quero e aonde devo passar tem que abrir a porteira que deixam fechado. A nossa história já diz a situação que a gente vive com as nossas comunidades.”
R.N. REUNIÃO PREPARATÓRIA, 2012 ■



Cercamento das áreas de pasto



Ameaças de morte e homicídio nas lutas contra desmatamentos e devastações



Ednaldo Padilha, conhecido como seu Cabeça e liderança atuante do movimento quilombola, teve o irmão Genialdo Padilha assassinado em 2012

“Eu iniciei, o primeiro movimento que eu conheci foi da igreja, e 2005 quando começou os conflitos dos búfalos, recebi muitas ameaças, fui preso três vezes, por formação de quadrilha, por furto de gado. E daí a gente começou a ingressar nos movimentos CPT, MIQCB, Movimento Negro, direto no fórum pra resolver o problema dos búfalos. Após a chegada do cartografia, as pesquisas iniciadas acordou as autoridades (...) Na hora em que o Incra fez o mapa de Camaputua foi em cima desse trabalho do cartografia. Teve resultado, resultado positivo, não foi negativo. Diante de toda luta não é Cabeça que é dono da história, mas sim do povo que não desistiu, que não se curvaram diante

das algemas. O que me manteve vivo foi a última prisão. Quando eu cheguei de São Luis, tinha cerca de 5 mil pessoas nos chamando de heróis, de guerreiros. A questão de ameaça, que já fizeram barricada contra mim. Eu tenho medo que morra o espírito, mas meu corpo não. Eu sou 24 horas monitorado, os fazendeiros sabem onde eu estou. Eu uso cavanhaque, pra ficar diferente do meu irmão, pra que meu irmão não seja confundido comigo e morra. Eu queria ser livre ir pras festas, sair na hora que eu quiser, mas eu não sou livre porque eu tenho uma missão. E por isso que eu vivo na luta (...) A nossa escritura de Camaputua é de 1932 e fomos reconhecidos pela Fundação Palmares.” ■

CARTA dos Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Pescadores, Curadores e Doutores do Mato dos Municípios de Penalva, Cajari, Viana, Matinha e Monção, no Estado do Maranhão, e pesquisadores presentes na Reunião Preparatória do Projeto de Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processos de capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais

Em reunião preparatória do projeto Mapeamento Social, ocorrido nos dias 01 e 02 de março, no Galpão do Bairro Novo, em Penalva, Maranhão, os presentes discutiram sobre os impactos causados aos povos e comunidades tradicionais pela linha de transmissão de energia elétrica entre Miranda e Encruzo, no Maranhão. Esta linha de transmissão corta os municípios de Miranda, Arari, Vitória do Mearim, Cajari, Viana, Matinha, Pedro do Rosário, Santa Helena, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Presidente Médice e Maranhãozinho.

Estiveram presentes nessa reunião representantes das comunidades quilombolas: Cacoal, São Manoel II, Contendas, Melhora, Santa Rosa II (Ponte de Tábua), Santo Antônio, Monte Cristo, Enseada da Mata, Sossego, Lagoa Mirim, Bom Jesus, Camaputua, Mata Boi e Castelo e de outras comunidades tradicionais como Taquaritua, São Braz.

Durante a reunião, foram relatadas várias situações de impactos desse projeto, dentre eles: a não titulação de todas as comunidades quilombolas atingidas, o impacto ambiental, as limitações futuras no uso de seus territórios tradicionais, a facilitação da intrusão de seus territórios pela abertura de novas formas acesso aos mesmos, o impacto da entrada de pessoas externas na implantação e manutenção da linha de transmissão, etc. Além disso, estão em andamento

projetos chamados de “compensação ambiental”, como construção de estradas, unidades de produção e óleo de babaçu, escolas e outros, que tem sido negociados com as comunidades, em contrapartida à implantação do referido projeto, quando, na verdade, essas chamadas “compensações” nada mais são do que direitos dos povos e comunidades tradicionais e deveres do Estado que deveriam ser cumpridos pelas instituições do mesmo Estado e por aqueles que ocupam cargos nos governos. Consideramos grave manipulação quando essas “compensações” são oferecidas como elementos de negociação com comunidades que vem sendo sistematicamente desprovidas de seus direitos.

Diante do exposto, os representantes das comunidades tradicionais presentes a essa reunião encaminham uma nota de protesto à maneira como esse projeto tem sido implantado.

Os grandes projetos do Brasil tem, de modo sistemático, violado o direito de povos e comunidades tradicionais. Essas violações resultam em predação e intrusão dos territórios tradicionais. A violação de direitos constitucionais, dispositivos infra-constitucionais, convenções, tratados internacionais tem sido uma prática constante a partir do próprio Estado e de empresas que vencem licitações e contratos que atendem a projetos chamados de desenvolvimento pelos sucessivos governos. Um bom exemplo

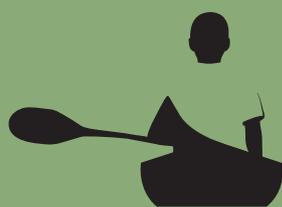
são as próprias condições impostas pelas concessionárias dos chamados *linhões* às comunidades quilombolas que inviabilizam o uso permanente de parte de seus territórios, constituindo exemplos evidentes de injustiça e racismo ambiental e cultural.

As condições das empresas incluem a proibição de construção de moradias de qualquer tipo, plantar árvores, queimadas, instalações elétricas e mecânicas, depósitos de material inflamável, áreas recreativas, industriais, comerciais e culturais. O que leva uma clara perda de autonomia, aumenta o acirramento dos conflitos e, conseqüentemente, leva a um impedimento da reprodução social e cultural das comunidades.

Consideramos ainda, em âmbito mais amplo, a grave manipulação do instrumento de consulta relativa à implantação de grandes projetos, disciplinado pela Convenção 169, com as empresas responsáveis por sua implantação realizando eventos em que as comunidades são impedidas de adentrar ao recinto em sua totalidade, devem deixar suas bandeiras e instrumentos rituais do lado de fora e são submetidas a eventos que alardeiam os benefícios do empreendimento, em ambiente diverso do seu, que constroem a livre manifestação de seus pontos de vista, os quais não são considerados na implantação do empreendimento com o qual são obrigados a passar a conviver. ■



A região conhecida como Baixada Maranhense tem sofrido efeitos da devastação e dos desmatamentos desde os anos setenta em função da plantação indiscriminada de capim resultante da apropriação privada das terras públicas do Estado ocorrida através da conhecida “Lei Sarney de Terras” (1969). A disponibilização arbitrária das terras públicas no mercado de terras e os incentivos governamentais para a expansão pecuária pelos chamados fazendeiros têm ameaçado as formas de ser e viver de comunidades tradicionais. Atualmente as famílias estão ameaçadas em seus direitos face à instalação de cercas elétricas, o impedimento de utilização dos recursos naturais, a ação de empresas monocultoras e a implantação de projetos referidos aos agronegócios.



PROJETO
Mapeamento Social

ISSN 2358-6672

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO



PPGCSPA

